

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA APA LITORAL SUL DE SERGIPE, NORDESTE DO BRASIL

Fagner Santos de Oliveira ¹
José Wellington Carvalho Vilar ²

RESUMO

As unidades de conservação têm sido impactadas por ações humanas, oriundas de vários interesses, sobretudo econômicos. A Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe engloba a costa dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba, e ilustra essa realidade. O objetivo deste artigo consiste em classificar, mapear e analisar conflitos socioambientais na APA Litoral Sul de Sergipe, no recorte costeiro do município de Estância. Para tanto, utilizou-se a metodologia de diagnóstico dos conflitos socioambientais, proposta pela categorização analítica de Little (2001), numa abordagem qualiquantitativa. Os procedimentos metodológicos foram realizados em três fases: fundamentação teórica; coleta de informações; e análise de dados. Na fundamentação teórica realizou-se pesquisa bibliográfica para embasamento do estudo. Em seguida, recolheu-se informações através de visitas *in loco*, fotografias georreferenciadas e imagens de satélites. Além disso, foram conduzidas entrevistas semiestruturados aos principais participantes dos conflitos. Finalmente, procedeu-se a análise das informações e a criação de um mapa de conflitos socioambientais, conforme o modelo proposto pelo GESTA/UFGM (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais), utilizando o programa QGis 2.18. Esta pesquisa configura-se como subsídio para a leitura de conflitos socioambientais na APA, tendo em vista a busca por ações eficazes em prol do uso sustentável de recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação. Tipologia de Conflitos. Cartografia de Conflitos.

SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE APA SOUTH COAST OF SERGIPE, NORTHEAST BRAZIL

ABSTRACT

Conservation units have been impacted by human actions, originating from various interests, mainly economic. The Environmental Protection Area (APA) Litoral Sul de Sergipe encompasses the coast of the municipalities of Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi and Indiaroba, and illustrates this reality. The objective of this article is to classify, map and analyze the socio-environmental Conflicts in the APA South Coast de Sergipe, in the coastal section of the municipality of Estância. To this end, the methodology for diagnosing Socio-environmental Conflicts, proposed by the analytical categorization of Little (2001), was

¹ Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE/UFS
fagnerdeoliveira@hotmail.com

² Docente do IFS e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE/UFS
E-mail: wvilar@yahoo.com.br

used in a qualitative-quantitative approach. The methodological procedures were carried out in three phases: theoretical basis; information collection; and analysis of this information. In the theoretical basis, consistent bibliographic research was carried out to support the study. Then, information was collected through on-site visits, georeferenced photographs and satellite images. In addition, semi-structured interviews and questionnaires were conducted with the main participants in the conflicts. Finally, the information was analyzed and a map of socio-environmental conflicts was created, according to the model proposed by GESTA/UFMG (Environmental Studies Group of the Federal University of Minas Gerais), using the QGis 2.18 program. This research serves as a subsidy for the reading of the socio-environmental conflicts existing in the APA, with a view to seeking effective actions in favor of the sustainable use of its natural resources.

KEYWORDS: Conservation Units. Conflict Typology. Conflict Mapping.

CONFLICTOS SOCIOMBIENTALES EN EL APA LITORAL SUR DE SERGIPE, NORESTE DE BRASIL

RESÚMEN

Las unidades de conservación han sido impactadas por la acción humana, derivada de diversos intereses, especialmente económicos. El Área de Protección Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe abarca la costa de los municipios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba, e ilustra esta realidad. El objetivo de este artículo es clasificar, mapear y analizar los conflictos socioambientales en la APA Litoral Sul de Sergipe, en la zona costera del municipio de Estância. Para ello se utilizó la metodología de diagnóstico de conflictos socioambientales, propuesta por la categorización analítica de Little (2001), en un enfoque cuali-cuantitativo. Los procedimientos metodológicos se realizaron en tres fases: fundamentación teórica; recopilación de información; y análisis de datos. En la fundamentación teórica se realizó una consistente investigación bibliográfica que sustenta el estudio. Luego se recolectó información a través de visitas in situ, fotografías georreferenciadas e imágenes satelitales. Además, se realizaron entrevistas semiestructurados a los principales participantes en los conflictos. Finalmente, se analizó la información y se creó un mapa de conflictos socioambientales, según el modelo propuesto por GESTA/UFMG (Grupo de Estudio en Temas Ambientales de la Universidad Federal de Minas Gerais), utilizando el programa QGis 2.18. Esta investigación sirve de base para la lectura de los conflictos socioambientales existentes en la APA, con miras a la búsqueda de acciones efectivas a favor del uso sustentable de sus recursos naturales.

PALABRAS-CLAVE: Unidades de conservación. Tipología de Conflictos. Cartografía de Conflictos.

1. INTRODUÇÃO

A vivência e atuação do ser humano no espaço construído e o desenvolvimento de suas relações com o meio natural e com seus pares por vezes ocasiona o surgimento de conflitos. Na etimologia do termo, conflito corresponde a embate e, na prática, evidencia a inexistência de entendimento entre as partes litigantes. A gênese de um conflito socioambiental (CS) gravita

em torno de disputas entre diferentes atores ou grupos sociais nas interações ecológicas, em face da utilização de um mesmo bem material, isto é, do recurso ambiental pleiteado.

Os recursos naturais são cada vez mais objeto de disputas em sociedade, e no caso específico de territórios costeiros, onde se encontram áreas ruralizadas, urbanizadas e unidades de conservação (UCs), são rapidamente transformadas por ações antrópicas. Os fatores econômicos têm sido os vetores da transformação acelerada que tem ocorrido no litoral brasileiro, e no caso da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe, que engloba o espaço costeiro dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba, não é diferente (Araújo, 2014; Santos; Vilar, 2014; Vilar; Vieira, 2014).

Outro fator relevante que não pode ser olvidado é a negligência em termos de monitoramento por parte do poder público, fato que contribui para o surgimento de CSs de diversas naturezas e dimensões, recentes ou antigos, e que ameaçam a preservação ambiental (Oliveira, 2020). Diante desse contexto, reconhece-se a real necessidade de se promover um desenvolvimento que seja capaz de assegurar o acesso aos recursos naturais para as gerações futuras. Em consonância com o arcabouço jurídico vigente, que almeja o desenvolvimento sustentável, foi instituído, nessa perspectiva de preservação dos espaços naturais e de conservação ambiental, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), através da Lei nº 9.985/2000.

O objetivo do presente artigo consiste em classificar, mapear e analisar conflitos socioambientais na APA Litoral Sul de Sergipe, no recorte costeiro do município de Estância, utilizando-se da metodologia de diagnóstico, proposta pela categorização analítica de Little (2001). Esta classificação categoriza os CSs em três tipos: em torno do controle dos recursos naturais; acerca dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e em relação ao uso dos conhecimentos ambientais.

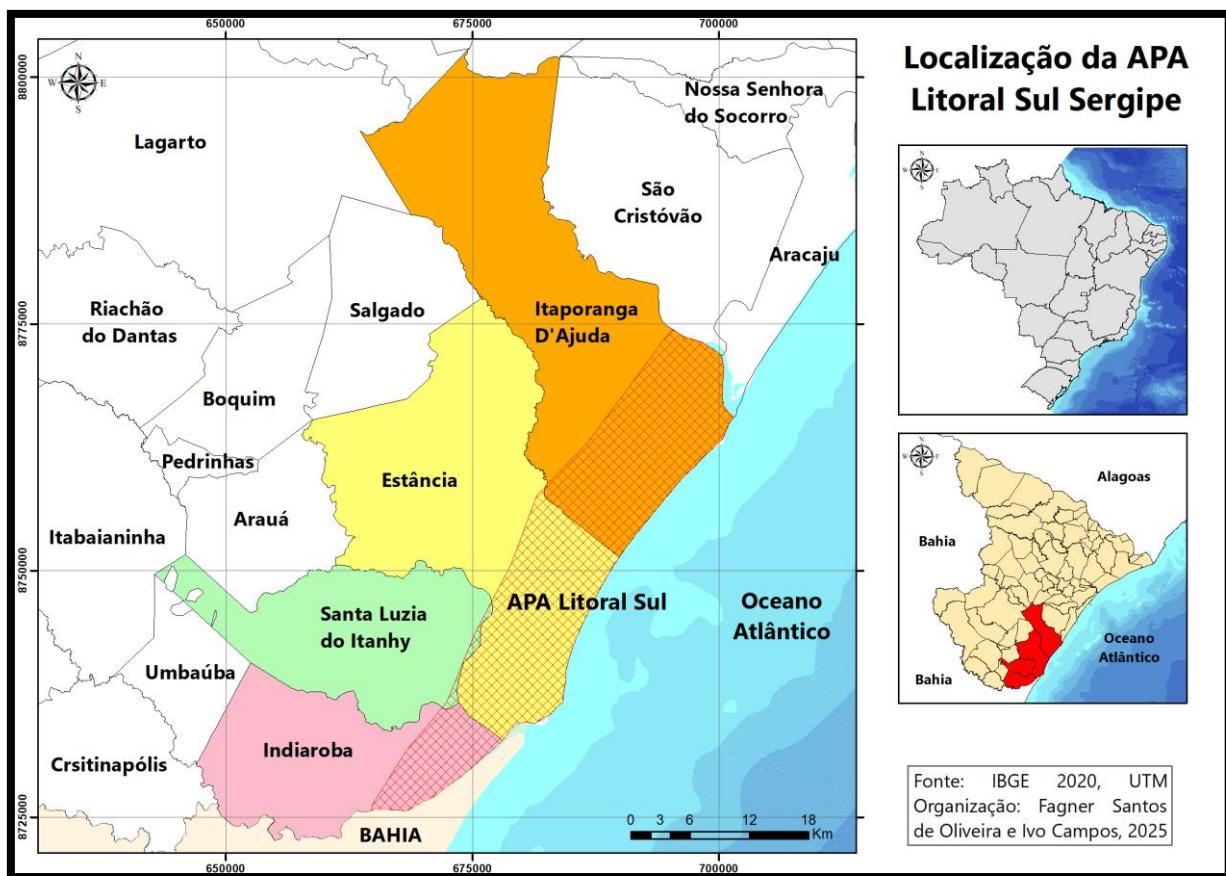
A identificação, a classificação e o mapeamento dos CSs no litoral de Estância são fundamentais para entender as potencialidades e vulnerabilidades que a APA, enquanto UC de uso sustentável, está sujeita. Ademais, o mapeamento serve como um instrumental para o ordenamento das ações antrópicas, no intuito de garantir o uso sustentável dos recursos disputados pelos diferentes atores envolvidos nos embates. No mesmo diapasão, auxilia na elaboração de ações sustentáveis no tocante à formulação, aplicação e monitoramento do Plano de Manejo.

2. DEFINIÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A terminologia conflito origina-se etimologicamente da expressão latina *conflictu* e significa, numa primeira aproximação, choque, embate, peleja. O termo corresponde a uma profunda falta de entendimento entre duas ou mais partes. Mas a noção de CS difere segundo a visão de mundo do sujeito e decorre da disputa pela apropriação e pelo uso direto e indireto dos recursos naturais. Nesse sentido, esse estudo se pauta na concepção conceitual de CS oriunda das disputas travadas pelo ser humano pela mesma base material (recurso natural) nas interações socioecológicas.

A imposição dos interesses dominantes é determinante no desfecho desse embate. Na maioria das vezes os interesses pessoais e econômicos sobrepõem-se àqueles difusos e à sustentabilidade. Outro fator a ser considerado é a dificuldade ou mesmo a ausência de fiscalização, planejamento ambiental e controle social por parte do poder público, que tem contribuído para o surgimento, permanência e ampliação dos CSs. Além disso, cada conflito possui uma forma peculiar de se manifestar, tem uma lógica própria, uma evolução particular (Nascimento 2001). Vale registrar que o reconhecimento desses conflitos nem sempre é tarefa fácil e as dificuldades se ampliam na mediação e na solução, a exemplo dos CSs encontrados na UC em estudo.

A APA Litoral Sul de Sergipe, que compreende a faixa costeira dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba, foi instituída pelo Decreto nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993. Isso abrange uma área de 54 mil hectares, situada entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o continente, ou seja, corresponde a uma extensa e importante área costeira de Sergipe (Figura 1).

Figura 01: Localização da APA Litoral Sul de Sergipe

Desde seu processo histórico de ocupação, iniciado no final do século XVI, até os dias hodiernos, esse espaço territorial enfrenta contínuas mudanças e transformações decorrentes de ações antrópicas, acentuadas pelas políticas públicas implementadas, sobremodo, a partir da década de 1970, com a abertura da malha rodoviária estadual litorânea Ayrton Senna (SE-100), bem como pela construção mais recente das pontes jornalista Joel Silveira e Gilberto Amado que comunicam os municípios internamente e os interligam com territórios externos à APA e vice-versa.

Dessa forma, as comunidades tradicionais contemplaram um processo de (des)organização territorial e testemunharam o surgimento de CSs de diferentes naturezas. Sua delimitação e mapeamento são imprescindíveis para a compreensão de como as formas de uso e ocupação do solo avançaram até os dias atuais, fato que contribui para o entendimento das relações sociedade-natureza na escala local e evidencia a necessidade de políticas territoriais contínuas voltadas para o ordenamento territorial e para o uso sustentável dos recursos naturais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

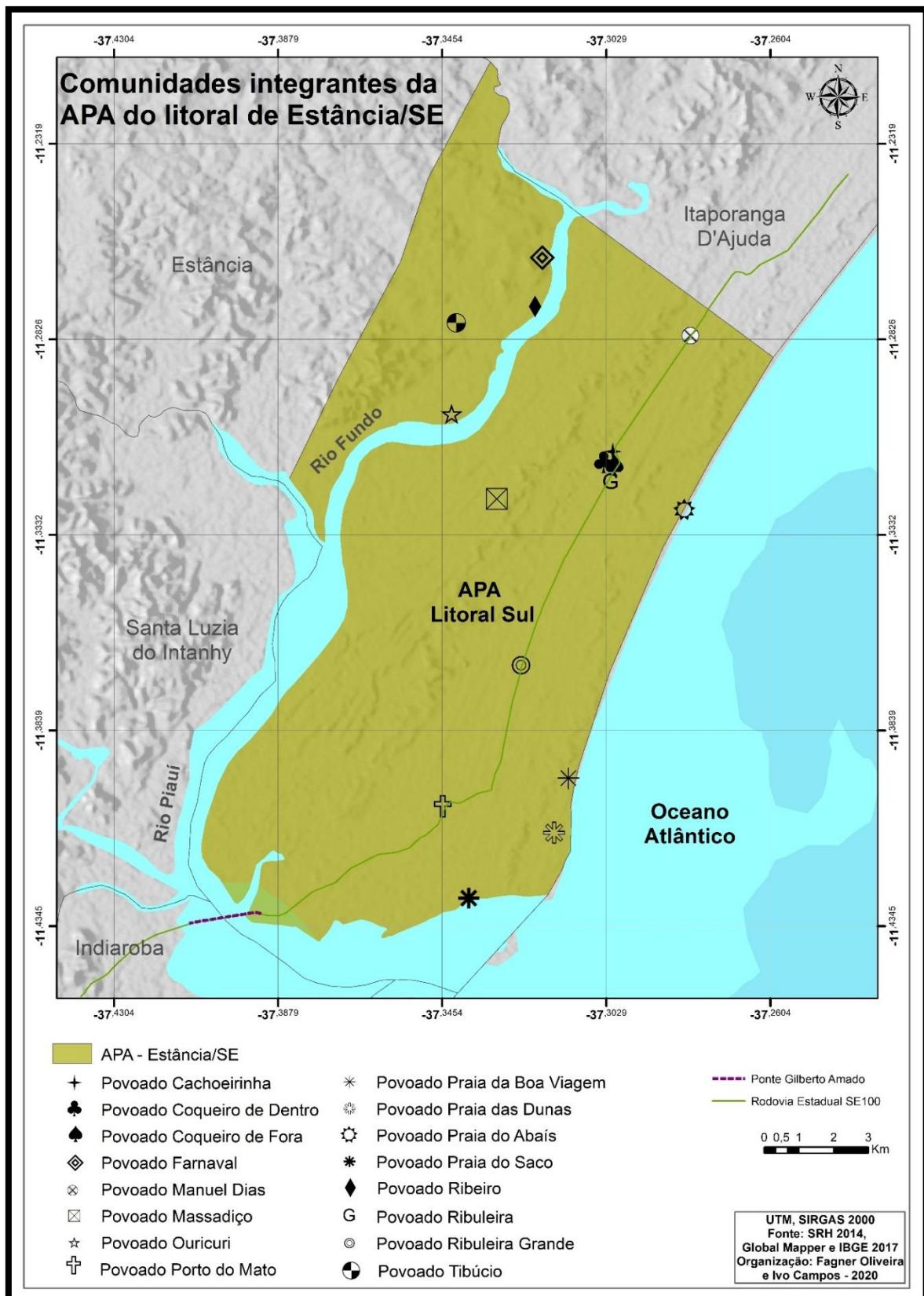
A execução dos trabalhos observou um roteiro metodológico disposto nos seguintes procedimentos sucessivos: fundamentação teórica, coleta e análise de dados. A pesquisa documental (geral e específica) foi conduzida através da coleta de informações em teses, dissertações, artigos científicos, obras (nacionais e internacionais), documentos oficiais, acervos de mídia e sites de pesquisa. O material recolhido forma a base teórica da pesquisa e indica algumas referências empíricas da área de estudo.

Tendo em vista a coleta de dados, realizou-se um levantamento das comunidades que compõem a Área de Proteção Ambiental no litoral de Estância, identificando-se dezesseis povoados (Figura 2): Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Coqueiro de Fora, Farnaval, Manuel Dias, Massadiço, Ouricuri, Porto do Mato, Praia da Boa Viagem, Praia das Dunas, Praia do Abaís, Praia do Saco, Ribeiro, Ribuleira, Ribuleira Grande e Tibúcio. Os CSs analisados na pesquisa abrangem doze povoados praianos e próximos à lagoa dos tamaquins, excetuando-se as comunidades estuarinas localizadas a noroeste, a saber: Farnaval, Ribeiro, Tibúcio e Ouricuri.

Em seguida, foram feitas visitas aos referidos povoados e foram conduzidas conversas informais, com o objetivo de identificar de forma preliminar alguns conflitos. Também foi feita a coleta de dados através de registros fotográficos georreferenciados, utilizando-se o aplicativo *Open Camera*, e a captura de imagens de satélite, com o auxílio instrumental do aplicativo *UTM Geo Map* e do software *Google Earth*.

Para complementar essas informações, foram feitas entrevistas com roteiro semiestruturado a líderes das comunidades envolvidas, representantes de associações e de órgão de fiscalização. Vale ressaltar que ao todo foram entrevistados doze líderes comunitários, dois presidentes de associações, o secretário municipal de meio ambiente e o presidente da gestão da APA Litoral Sul de Sergipe. Assim, foram identificados os CS mais significativos presentes nesses povoados e elaborada a planilha de conflitos.

Figura 2: Comunidades integrantes da APA Litoral Sul em Estânci - SE



Esta planilha foi dividida em 03 (três) quadros, de acordo com a estrutura do agrupamento tipológico de conflitos proposta por Little (2001). Em cada um, foram coletadas as seguintes informações: motivações dos conflitos; atores envolvidos; e lugares de ocorrência. Todas as informações obtidas nessa fase de coleta foram analisadas. Assim, conseguiu-se reconhecer os CSs mais significativos, possibilitando localizá-los ao longo do território da APA, com o objetivo de entender e interpretá-los, na perspectiva de discutir possíveis soluções.

Como resultado dessa etapa, foi elaborado um mapa de CSs, utilizando o *software livre QGis Browser 2.18.0*, seguindo o modelo de mapa proposto pelo GESTA (Grupo de Estudos em Temas Ambientais) da UFMG. Além disso, os resultados foram tipificados e classificados utilizando a metodologia de diagnóstico dos conflitos socioambientais, sugerida pela categorização proposta por Little (2001), numa abordagem qualquantitativa.

Por fim, com o objetivo de melhor compreensão cartográfica da referida classificação, este estudo adotou a seguinte padronização: para o tipo dos CSs relacionados ao controle dos recursos naturais, foi atribuída a cor azul; para o agrupamento associado aos impactos ambientais e sociais, a vermelha; e para o grupo do uso de conhecimentos ambientais, a amarela. Ademais, esses pontos foram georreferenciados no mapa da APA Litoral Sul do SEMARH 2017, o que permitiu a espacialização e a visualização da concentração e da distribuição territorial dos conflitos. Vale destacar que esta tipologia precisa ser empregada de maneira flexível, já que se trata de um instrumento heurístico e variável em função do tipo, da origem, da evolução e da perspectiva de resolução do conflito, ou seja, é mutável ao longo do tempo e no espaço.

4. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA PERSPECTIVA TIPOLÓGICA

4. 1 CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS

A aplicação metodológica de Little (2001) possibilitou a identificação de conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, os quais estão espacializados por diversas localidades da APA em Estância, e expressam interesses de preservação, conservação ambiental, da economia, dos extrativistas e de particulares. A característica comum desses CSs é a apropriação e o acesso aos recursos naturais, expressão do domínio territorial seletivo. O quadro 1 sintetiza as principais motivações, atores e lugares de ocorrências desse agrupamento de conflitos.

Quadro 01: CSs em torno do controle sobre os recursos naturais – Estância – APA Litoral Sul - 2019.

Motivações dos Conflitos	Atores Envolvidos	Lugares de Ocorrência
Carcinicultura	Carcinicultores Legais X carcinicultores clandestinos	Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato e Manuel Dias
Cata de mangaba	Catadoras Extrativistas X especulação imobiliária e construtoras	Manuel Dias, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Ribuleira Grande e Porto do Mato
Cata de caranguejo	IBAMA e SEMA X comunidades extrativistas	Manuel Dias, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Ribuleira Grande, Praia das Dunas e Porto do Mato
Supressão de mangues	IBAMA e SEMA X construtoras e clandestinos	Manuel Dias, Ribuleira, Ribuleira Grande, Praia das Dunas e Porto do Mato
Uso dos lagos	União X donos de restaurantes e bares	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Coqueiro de Fora, Ribuleira e Ribuleira Grande

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A dimensão política desses CSs fica evidente na disputa territorial sobre a apropriação, posse e o uso dos recursos naturais. De modo similar, as disputas sobre o acesso aos recursos naturais expressam uma dimensão social, tidas como de domínio público ou aqueles onde existem sobreposição direta entre o bem público e a propriedade privada. Por fim, as contendas em torno do controle dos recursos demarcam a dimensão jurídica de delimitação territorial do conflito (Oliveira, 2020).

Com base na análise dos dados coletados, identificou-se alguns tipos de CSs que se enquadram na tipologia Littleana:

a) **Carcinicultura clandestina X carcinicultura legal:** a criação de camarão no litoral sergipano remete aos tempos coloniais (Lima; Silva, 2014) e tem exercido forte pressão na redução dos manguezais da APA Litoral Sul em Estância, principalmente nas proximidades do rio Fundo e na desembocadura do complexo estuarino dos rios Piauí e Real. Trata-se de uma atividade seletiva, cuja prática clandestina é a que mais cresce e cujo aspecto poluidor dos rios é preocupante, retratado por inúmeros estudos, tanto na APA Litoral Sul, como em outras localidades costeiras do Estado de Sergipe (CARVALHO, 2004; ARAÚJO, 2014; MUHLERT, 2014; LIMA E SILVA, 2014).

b) Catadoras de mangaba X especulação imobiliária e construtoras: trata-se de um dos conflitos mais relevantes na APA, principalmente nas comunidades Ribuleira, Ribuleira Grande e Manuel Dias. As catadoras de mangaba enfrentam uma dupla invisibilidade, caracterizada pela natureza tradicional e pouco rentável das atividades extrativistas e por serem realizadas por mulheres (Santos; Souza, 2016). Por outro viés, a maior demanda das catadoras de mangaba é o acesso à terra, e a maior ameaça é a falta de organização social (Costa; Souza; Mendonça, 2018). O cercamento desses espaços territoriais tem dificultado o acesso das catadoras às mangabeiras e seus frutos (Silva; Souza, 2011; Gonçalves, 2015; Santos, 2015). Além disso, a exploração turística e a especulação imobiliária têm ameaçado a existência dessa cultura extrativista (Mota, 2005).

c) Ibama e SEMA X comunidades extrativistas: a coleta do caranguejo em período de andada, ou seja, em tempo de sua reprodução, tem sido uma constante, principalmente entre os moradores, os quais, não obstante possuírem um conhecimento aprofundado dos ecossistemas estuarinos e praiais, descumprem a proibição com a cata ilegal (LIMA; SILVA, 2014). A justificativa para o cometimento desse ilícito é a alegação de que o caranguejo constitui alimento importante para a sobrevivência. Esse conflito está situado principalmente nos manguezais da foz dos rios Real e Piauí.

d) Ibama e SEMA X construtoras e clandestinos: a vegetação de mangue constitui-se como uma das mais significativas formas de uso do solo da APA, juntamente com o ecossistema de manguezal. Outro aspecto importante a ser ressaltado é que os manguezais são verdadeiros protetores naturais no complexo estuarino do Piauí-Real, exercendo funções geomorfológicas de proteção erosiva e de marés excepcionais. Os conflitos são ocasionados por fatores econômicos e turísticos, os quais acentuaram-se no período pós-construção da rodovia SE-100 (Fonseca; Vilar; Santos, 2010). Além disso, os mangues vêm sendo suprimidos por atividades aquicultoras, como é o caso da carcinicultura, e tem gerado problemas ambientais e de geração de renda (Carvalho, 2010).

e) União X donos de restaurantes e bares e construtoras: a lagoa dos tambaquis, situada na proximidade dos povoados do Abaís, Manuel Dias, Coqueiro de Dentro, Coqueiro de Fora, Cachoeirinha, Ribuleira e adjacências, como quaisquer outros corpos d'água e terrenos de marinha e seus acréscidos, constituem-se propriedade da União. Contrariando essa normativa, a lagoa dos tambaquis está cercada por propriedades ao seu redor, constituídas em sua maioria por bares, restaurantes, casas de veraneio e condomínios residenciais, os quais

fizeram desse recurso propriedade privada, fonte de atividades econômicas e destinação inadequada de resíduos sólidos. Ademais, esses corpos d'água são frequentemente utilizados por turistas e banhistas, e estão sujeitos a todo tipo de poluição e enfrentam questões graves de posse sem titularidade.

4.2 CONFLITOS DOS IMPACTOS DA AÇÃO HUMANA E PROCESSOS NATURAIS ASSOCIADOS

Os CSs dessa tipologia relacionam-se à elementos associados à contaminação ambiental, esgotamento sanitário e degradação de ecossistemas. Com predominância dos interesses econômicos, turísticos, imobiliários e privados, sua ocorrência se manifesta em várias comunidades ao longo da APA. O quadro 2 apresenta algumas das principais motivações dos conflitos, os atores envolvidos e os lugares onde foram registrados.

Quadro 02: CSs em torno dos impactos gerados pela ação humana e processos naturais associados – Estância – APA Litoral Sul - 2019.

Motivações dos conflitos	Atores envolvidos	Lugares de ocorrência
Trânsito de buggys nas dunas	Ibama e SEMA x bugueiros	Praia das Dunas, Praia da Boa Viagem, Praia do Abaís, Porto do Mato, Ribuleira, Ribuleira Grande e Cachoeirinha
Construção de casas de veraneio	União X proprietários	Praia das Dunas, Praia do Abaís, Porto do Mato, Ribuleira e Ribuleira Grande
Mobilidade das Dunas na rodovia	DER/SE X prefeitura municipal de Estância	Praia das Dunas
Especulação Imobiliária	Especulação imobiliária X SEMA e moradores permanentes	Praia das Dunas, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Ribuleira Grande, Cachoeirinha e Manuel Dias
Projeto Tamar	Ibama e SEMA X moradores permanentes, veranistas e turistas	Praia do Abaís

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019. Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A partir da análise dos dados coletados, reconheceu-se os correspondentes tipos de CSs que se enquadram na tipologia Littleana:

a) Ibama e SEMA X bugueiros: a atividade turística está intrinsecamente relacionada ao trânsito dos buggys na APA, principalmente nos povoados das praias do Saco, das Dunas, da Boa Viagem e do Abaís e circunvizinhanças. No município de Estância existe um extenso cordão dunar e ecossistemas preservados que estão sendo ameaçados pelo crescente trânsito de

buggys, entre outras atividades (Santos, 2012). A justiça embargou a circulação desses veículos nas dunas e nas praias em função da necessidade de proteção das tartarugas do Projeto Tamar. Recentemente, os bugueiros conseguiram a liberação de suas atividades, pois traçaram uma rota alternativa, que evita o contato direto com a areia das praias. Porém, não é raro a presença de buggys e outros veículos transitando na área de preamar e nas dunas em Estância.

b) União X proprietários: trata-se de um dos conflitos mais sérios na área de estudo, que ocorrem nas terras da União, nas praias do Saco, das Dunas da Boa Viagem e do Abaís. A vilegiatura em forma de casa de veraneio ou de segunda residência é uma prática consolidada há anos na APA Litoral Sul de Sergipe e está ligada ao turismo e lazer e, mais recentemente, ao imobiliário turístico (Santos; Vilar, 2013). Os conflitos causados pelas construções desordenadas e irregulares de residências, bares e restaurantes são comumente encontrados na orla da praia do Saco (Vieira; Vilar, 2014). Os proprietários têm buscado apoio junto ao poder público federal para obterem o reconhecimento das áreas já construídas e que se configuram como espaços consolidados, o que seria uma tentativa de solução para o imbróglio judicial existente.

c) DER/SE X prefeitura municipal de Estância: as dunas móveis localizadas no acesso à praia do Saco foram parcialmente retiradas para a construção da SE-100. Atualmente, com a movimentação das dunas em decorrência dos intensos processos eólicos, boa parte da faixa da rodovia foi coberta. Situação semelhante tem ocorrido na estrada de acesso à praia das Dunas, a qual está parcialmente tomada pelos sedimentos arenosos. Além disso, os processos de uso e ocupação do solo na Praia do Saco levou ao desmonte das dunas para diferentes fins, principalmente para atender os interesses do turismo e do lazer (Santos, 2011; Vieira *et al.*, 2013). O choque de competência entre o governo estadual e o municipal chama atenção e dificulta a mediação do conflito.

d) Especulação imobiliária X SEMA e moradores permanentes: é comum encontrar poluição visual de *outdoors*, placas de venda e anúncios de empreendimentos imobiliários, ao longo de toda extensão da rodovia SE-100, bem como nas áreas consolidadas das praias do Saco, das Dunas e do Abaís. A especulação imobiliária no litoral de Estância aumenta em um ritmo acentuado, levando a valorização e valorização das áreas próximas ao mar e das margens da rodovia SE-100 para construção de condomínios residenciais fechados. Isso gera um desafio de coexistência entre moradores permanentes e o chamado imobiliário-turístico com suas novas modalidades de ocupação do solo e de aumento do valor da terra rural (Santos; Vilar, 2016).

e) Ibama e SEMA X moradores permanentes, veranistas e turistas: o Projeto Tamar desenvolve importante trabalho nas praias estancianas, no tocante à preservação e reprodução das tartarugas *olivas*. O litoral sergipano é o único berço de reprodução dessa espécie no Brasil. Há alguns anos o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ajuizou ação denunciando o trânsito constante de veículos motorizados ao longo da faixa das praias, que ameaça a sobrevivência desses animais. Isso intensifica-se no período de veraneio, com o aumento do número de veranistas, turistas e moradores permanentes (Santos, 2015).

4.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DO USO DOS CONHECIMENTOS AMBIENTAIS

Os CSs que integram essa tipologia estão concentrados nas comunidades praianas do Abaís e do Saco e no Porto do Mato. Caracterizam-se pelo acesso a direitos fundamentais das pessoas, bem como pelo uso dos conhecimentos ambientais, tendo em vista o desenvolvimento de atividades turísticas, religiosas e de reivindicação coletiva. O quadro 3 apresenta os aspectos mais relevantes dos CSs identificados no trabalho de campo.

Quadro 03: Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais – Estância – APA Litoral Sul - 2019.

Motivações dos conflitos	Atores envolvidos	Lugares de ocorrência
Capela N. Sra. Boa Viagem	Igreja católica X judiciário	Praia do Saco
Acesso local	Latifundiários X comunidades tradicionais e extrativistas	Praia do Abaís e Porto do Mato
Turismo costeiro	SEMA e Marinha X agências de turismo e moradores permanentes	Praia do Abaís, Praia das Dunas e Praia do Saco
Educação	Estado e prefeitura X moradores permanentes	Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Ribuleira, Ribuleira Grande, Cachoeirinha e Manuel Dias
Saúde	Prefeitura X moradores permanentes	Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Ribuleira, Ribuleira Grande, Cachoeirinha e Manuel Dias

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A análise dos dados coletados possibilitou identificar os seguintes CSs:

a) Igreja católica X judiciário: a capela de Nossa Senhora da Boa Viagem está localizada na praia do Saco e pertence à Diocese de Estância. Constitui-se como valioso patrimônio histórico, cultural e religioso para o Estado de Sergipe, e especialmente para o município de Estância, pois foi aí que os jesuítas ingressaram junto com os colonizadores em terras sergipanas (Oliveira, 2020). Dada aos processos erosivos e à progressão das águas oceânicas ocorrida nos últimos anos, a capela de estilo colonial ficou ameaçada de ser destruída, ensejando a intervenção judicial, gerando conflito.

b) Latifundiários X comunidades tradicionais e extrativistas: esse tipo de conflito é encontrado principalmente no povoado Massadiço, onde o proprietário da Fazenda Estiva está no polo oposto da questão, pois sua propriedade integra a área que dá acesso ao porto da comunidade. Esse conflito acabou levando a morte de um morador local, o qual desobedeceu às ordens de não ingressar na área da fazenda (Oliveira, 2020). Até os dias atuais a comunidade encontra resistência da parte do latifundiário para acesso por terra ao povoado e o conflito permanece sem mediação e sem solução a curto prazo.

c) SEMA e Marinha X agências de turismo e moradores permanentes: o turismo é um dos elementos polarizadores de CSs na APA, pois há maior fluxo de turistas e uso dos recursos naturais. O turismo fluvial e marítimo também pode ser encontrado no Porto do Mato, no Porto do Cavalo, na Ponta do Saco e em Terra Caída (Santos, 2017). Geralmente lanchas, escunas, *jet skis*, tó-tó-tós³ e outras embarcações fazem a travessia, partindo principalmente de Terra Caída e do Porto de Cavalos, para Mangue Seco e para a Ilha da Sogra. Os conflitos entre a ação do poder público instituído e a iniciativa privada e os moradores locais se associam às dificuldades de monitoramento, a falta de regularidade das iniciativas de ordenamento territorial e de protocolos específicos para a atividade turística, de lazer e de veraneio.

d) Estado e prefeitura X moradores permanentes: as escolas comunitárias estão concentradas nos povoados do Porto do Mato, nas instalações do Centro Esperança e Vida, da Diocese de Estância, e na praia do Abaís. O transporte, a merenda e os livros didáticos são oferecidos pela rede municipal de educação. O conflito existe entre as comunidades com difícil acesso às escolas e nos locais por onde o transporte escolar não transita, pois têm-se a demanda, mas falta as condições para correspondê-la.

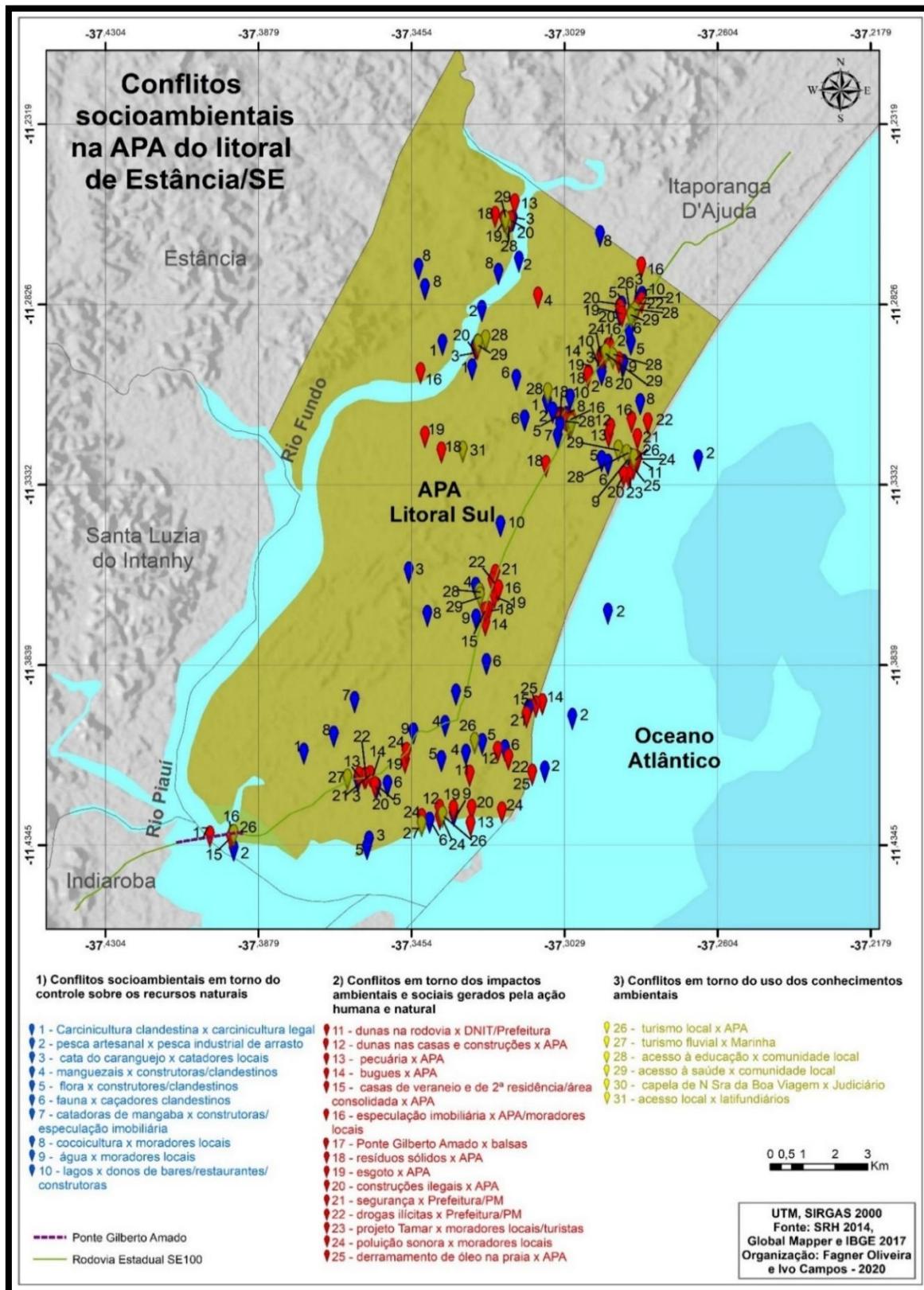
³ Essa terminologia é comum no litoral sergipano para referir-se às embarcações, geralmente fluviais, de pequeno porte, conduzidas por motor que produz som bem característico.

e) Prefeitura X moradores permanentes: o único posto de saúde para as comunidades do litoral estanciano fica localizado no Povoado Porto do Mato, e o atendimento se dá em dias e horários específicos. Por conseguinte, as pessoas acabam recorrendo aos hospitais públicos das sedes dos municípios de Indiaroba e de Estância. Assim sendo, o conflito ocorre dado à precariedade da oferta do acesso à saúde pública às comunidades litorâneas. Existe, pois, a demanda, mas a oferta é insuficiente.

5 A CARTOGRAFIA DOS CSS DA APA LITORAL SUL DE SERGIPE EM ESTÂNCIA

A cartografia dos conflitos socioambientais da APA Litoral Sul de Sergipe no recorte territorial de Estância tem relevância na política ambiental sergipana e serve de base para ampliar as pesquisas tanto nos demais municípios da APA como em outras unidades de conservação de uso sustentável do Estado e do país. Ademais, o mapeamento pode ser reconhecido e utilizado pelos órgãos gestores enquanto um instrumento de gestão ambiental com vistas à defesa de direitos, e para a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas à mediação e para a sustentabilidade. A figura 3 ilustra a iniciativa de identificação, localização e mapeamento dos principais conflitos socioambientais elencados, conforme a tipologia tripartite de Little (2001).

Figura 03 : Conflitos Ambientais na APA Litoral Sul - Estância/SE



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Analisando-se o mapa é possível perceber que os conflitos estão espacializados em praticamente toda a extensão da APA em Estância/SE. Mas sua distribuição geográfica concentra-se nas praias do Abaís, das Dunas e do Saco, bem como no entorno da lagoa dos tamaquis, na altura do povoado Cachoeirinha, e ao longo da extensão da rodovia SE-100, principalmente nos povoados Manuel Dias, Ribuleirinha e Porto do Mato. Trata-se de comunidades muito povoadas e constantemente visitadas por turistas e vilegiaturistas, o que contribui para a existência desses CSs.

6. CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu classificar, mapear e examinar os CSs na APA Litoral Sul de Sergipe, especificamente no recorte costeiro do município de Estância, empregando a metodologia de diagnóstico sugerida pela categorização analítica de Paul Little (2001), atingindo assim o objetivo estabelecido. Não obstante as limitações impostas pelo difícil acesso das comunidades tradicionais e extrativistas, bem como pelo risco real de proteção e preservação da vida, frente às recorrentes ameaças e assédios sofridos pelos seus líderes, e diante dos recursos naturais em disputa pelos diferentes atores, a pesquisa alcançou o seu intento e apresentou uma contribuição para o meio acadêmico, bem como para a sociedade e para a gestão pública.

No âmbito acadêmico, a pesquisa ofereceu um valioso contributo para o entendimento dos CSs em uma UC de uso sustentável. Além disso, pode fomentar vários outros estudos sobre as relações entre ser humano e natureza em áreas sensíveis, como o território litorâneo. No campo social, possibilitou uma abordagem dos CSs sob a ótica de diferentes atores, sobretudo dando relevância às vozes, por vezes violentamente silenciadas, dos líderes das comunidades tradicionais e extrativistas que resistem às transformações ocorridas. No tocante à gestão pública, proporciona um importante instrumental para o enriquecimento do Plano de Manejo, bem como para a promoção de políticas públicas que atendam às expectativas das comunidades e atores, sem descuidar do compromisso ético com a sustentabilidade.

Por fim, constatou-se o aumento nos CSs decorrentes dos seguintes fatores: desconhecimento da natureza e das atribuições da APA; interesses desiguais no usufruto dos bens materiais, e acesso, apropriação e uso também desiguais dos recursos naturais; iniciativas turísticas e de veraneio sem base sustentável; e falta ou dificuldade de ação do poder público no tocante à fiscalização e implementação da legislação vigente. Tais elementos tem contribuído para a manutenção de um cenário tenso e conflitivo entre os atores envolvidos nas

disputas, dificultando a implementação de ações equilibradas e a conservação dessa UC de uso sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. R. R. de. **Conflitos territoriais no processo de implantação da reserva extrativista (RESEX) do Litoral Sul de Sergipe.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2014.
- BRAGHINI, C. R. **Gestão territorial de Unidades de Conservação no litoral sergipano.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.
- CARVALHO, M. E. S. **A carcinicultura na Zona Costeira do Estado de Sergipe.** 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2004.
- CARVALHO, M. E. S. **A questão hídrica na bacia sergipana do rio Vaza Barris.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2010.
- COSTA, J. de J.; SOUZA, R. M. e.; MENDONÇA, F. de A. Distribution and Exploitation of Mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) in Sergipe, Northeast, Brazil. **Revista Brasileira de Geografia Física**. V. 11. N. 18, 2018.
- FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano.** São Cristóvão: Edufs, 2010. p. 40-61.
- GONÇALVES, F. D. S. **O processo de criação da reserva extrativista marinha do litoral sul de Sergipe: embates e limites.** 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LIMA, J. S. G.; SILVA, C. A. da. **Carcinicultura marinha familiar no estuário do Rio Vaza-Barris, Sergipe:** implicações para uma produção sustentável. Brasília/DF: Embrapa, 2014.
- LITTLE, P. E. Os conflitos ambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 57-64.
- MOTA, D. M. da. **A mangabeira as Catadoras o Extrativismo.** Belém/PA: EMBRAPA, 2005.

MUHLERT, A. C. S. **Indicadores de sustentabilidade da carcinicultura em terras baixas, São Cristóvão, Sergipe.** 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2014.

NASCIMENTO, E. P. do. Os conflitos na Sociedade Moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 47-56.

NASCIMENTO, D. T. **O papel dos conflitos socioambientais e de fenômenos climáticos extremos no fortalecimento da gestão ambiental municipal no Sul Catarinense.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2010.

OLIVEIRA, A. C. C. de A. Análise do estado ambiental da planície costeira de Estância-Sergipe como subsídio de ordenamento territorial. **Estudios Teritoriales.** São Paulo, p. 3240-3264, set. 2014.

OLIVEIRA, F. S. de. **Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2020.

SANTOS, C. N. C. dos. **Entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia:** onde as políticas territoriais se encontram. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2017.

SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. Territórios e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral Sul (SE). **Revista Ateliê Geográfico.** V. 7. N. 2, 2013.

SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. Territórios e conflitos na APA Litoral Sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.) **Conflitos ambientais em Sergipe.** Aracaju: EDIFS, 2014, p. 162-186.

SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. Os conflitos ambientais da implantação do imobiliário-turístico no litoral de Sergipe. **Revista Geosaberes.** Fortaleza. V. 6. N. 3, jul. 2016. SANTOS, E. A.; SOUZA, R. M. e. Territorialidade das catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe. **Geosaberes.** Fortaleza. V. 6. N. 3, p. 629-642, jul. 2016.

SANTOS, M. A. dos. **Análise geoambiental do município costeiro de Estância – Sergipe.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2011.

SANTOS, P. P. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico:** a segunda residência no litoral sergipano. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015.

SANTOS, S. S. C. dos. **Conservação versus conflitos socioambientais (Comunidade Jatobá) no futuro Parque Estadual das Dunas:** Barra dos Coqueiros, Sergipe. 2012. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2012.

SERGIPE. Decreto nº 13.468, de 21 de janeiro de 1993. Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe. **Diário Oficial do Estado**, Aracaju, SE, 27 jan. 1993. Disponível em: https://semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/decreto_n.%C2%BA_13.468.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, M. do S. F. da.; SOUZA, R. M. e. Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul em Sergipe. **Revista Nordestina de Ecoturismo**. V. 4. N. 2, 2011.

VIEIRA, L. V. L. *et al.* Praia do Saco em Estância/SE: análise dos processos de uso e ocupação do solo costeiro. **Rev. Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Lagarto/SE, ano VI, 2013.

VIEIRA, L. V. L.; VILAR, J. W. C. (Orgs.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: IFS, 2014.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010